Parecer sobre a proposta de directiva do Conselho relativa à concentração máxima de álcool no sangue admitida para condutores de veículos⁽¹⁾

(89/C 159/22)

Em 22 de Dezembro de 1988, o Conselho decidiu, em conformidade com o disposto no artigo 75º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, consultar o Comité Económico e Social sobre a proposta supramencionada.

A Secção dos Transportes e Comunicações, incumbida de preparar os trabalhos sobre esta matéria, emitiu parecer, com base no relatório de Pietro Morselli, em 12 de Abril de 1989.

O Comité Económico e Social, na 265ª reunião plenária, sessão de 27 de Abril de 1989, adoptou por 95 votos a favor, 12 votos contra e 6 abstenções, o seguinte parecer.

1. Introdução

1. Está demonstrado que uma concentração elevada de álcool no sangue de condutores de veículos automóveis é uma das principais causas de acidentes rodoviários.

1.1. O Conselho das Comunidades Europeias já, no passado, havia manifestado a sua preocupação com uma maior segurança na estrada, ao acolher favoravelmente, com a Resolução de 19 de Dezembro de 1984, o essencial do projecto da Comissão relativo ao lançamento de um programa comunitário em matéria de segurança rodoviária. Entre as acções nele preconizadas são relevantes as medidas relativas à concentração máxima de álcool no sangue e aos efeitos de determinados medicamentos na condução de veículos.

1.2. O Comité Económico e Social, ao aprovar o projecto de resolução, com o parecer de 14 de Maio de 1984 sobre a referida proposta da Comissão⁽²⁾, pôs em evidência, entre outras coisas, a importância da segurança rodoviária.

1.3. Além disso, no parecer sobre o Ano Europeu da Segurança Rodoviária (1986)⁽³⁾, o Comité preconizou a uniformização das normas de segurança nos diversos Estados-membros da Comunidade e o lançamento de uma acção comunitária que pudesse contribuir para a diminuição dos acidentes, designadamente na perspectiva de uma maior integração europeia.

2. Observações do Comité

2.1. Na proposta de directiva, a Comissão fixa em 0,5 mg/ml, a partir de 1 de Janeiro de 1993, a con-

centração máxima de álcool admitida no sangue, que, actualmente, é de 0,8 mg/ml em dez dos doze Estados-membros. A concentração máxima proposta de 0,5 mg/ml é, portanto, sensivelmente inferior ao que actualmente é considerado suficiente em dez dos doze Estados-membros. O Comité interroga-se, pois, sobre os motivos que terão levado a Comissão a propor um valor de 0,5 mg/ml, que à Secção, por falta de dados que comprovem as vantagens de tal nível para a segurança, parece injustificado.

2.2. O Comité considera, por isso, que a concentração máxima de álcool admitida deve ser fixada em 0,8 mg/ml, valor que se afigura suficiente para a contenção de uma das principais causas dos acidentes nas estradas.

2.3. O Comité convida a Comissão a aprofundar, em termos de referências estatísticas pormenorizadas, a correlação existente entre a elevada concentração de álcool no sangue e o número de acidentes. Deve ser cuidadosamente avaliada, também, a correlação entre a concentração de álcool no sangue e a taxa de mortalidade nos acidentes, e ainda os efeitos dos medicamentos e drogas na segurança rodoviária.

Caso isso se mostre necessário, será, então, de propor, após adequado período transitório, uma alteração da concentração máxima admitida. Uma ampla divulgação dos resultados, e dos limites em vigor, poderia possibilitar aos utilizadores uma avaliação responsável de quando e o que ingerir dentro do respeito pelas normas.

2.4. Além disso, o Comité considera que, qualquer que seja a concentração máxima admitida, essa disposição deve ser acompanhada de medidas relativas a controlos adequados e uniformes e, sobretudo, de medidas idóneas de sensibilização e acompanhamento de carácter preventivo, as únicas a poderem contribuir de maneira eficaz para diminuir os acidentes provocados por excesso de álcool nos condutores de veículos.

2.5. Por último, o Comité manifesta a sua concordância com a Comissão relativamente a algumas acções referidas na exposição dos motivos da proposta de

⁽¹⁾ JO nº C 25 de 31. 1. 1989, p. 9.

⁽²⁾ JO nº C 95 de 6. 4. 1984.

⁽³⁾ JO nº C 101 de 28. 4. 1986.

directiva, tanto de carácter preventivo como para intensificar e melhorar a informação, mediante campanhas

publicitárias nacionais e comunitárias e através de uma formação pontual e qualificada nas escolas.

Feito em Bruxelas, em 26 de Abril de 1989.

*O Presidente
do Comité Económico e Social*

Alberto MASPRONE

Parecer sobre a proposta de directiva do Conselho que altera as Directivas 80/778/CEE, relativa às águas potáveis, 76/160/CEE, relativa às águas balneares, 75/440/CEE, relativa a águas superficiais e 79/869/CEE, relativa aos métodos de medição e à frequência das análises das águas superficiais⁽¹⁾

(89/C 159/23)

Em 16 de Janeiro de 1989, o Conselho decidiu, nos termos do artigo 130º S do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, consultar o Comité Económico e Social sobre a proposta supramencionada.

A Secção do Ambiente, da Saúde Pública e do Consumo, encarregada de preparar os trabalhos na matéria, emitiu parecer em 4 de Abril de 1989. Foi relator Michel Saiu.

Na 265ª reunião plenária (sessão de 24 de Maio de 1989), o Comité Económico e Social adoptou por unanimidade o seguinte parecer.

1. O Comité aprova o projecto de directiva que se destina a melhorar e acelerar a aplicação prática das Directivas 80/778/CEE, 76/160/CEE, 75/440/CEE e 79/869/CEE.

2. O Comité regista que os Comités de Regulamentação não emitirão pareceres de molde a alterar o âmbito de aplicação destas directivas ou que tenham graves consequências económicas para os Estados-membros.

3. O Comité insta, pois, com a Comissão para que diligencie no sentido de todas as medidas previstas no nº 3, alínea a), do artigo 5º serem, em quaisquer circunstâncias, conformes à aplicação integral das directivas supra, sem possibilidade de flexibilização ou de

redução a pretexto de dificuldades que alguns Estados-membros defrontem para as aplicar.

4. Por outro lado, o Comité não compreende por que razão a Comissão prevê a possibilidade de um representante de um Estado-membro submeter questões à apreciação do Comité de Regulamentação, visto tratar-se de um comité técnico de aplicação. É desejável que a iniciativa de recorrer ao Comité caiba unicamente à Comissão.

5. O Comité considera também desejável que o artigo 5º indique expressamente que as medidas propostas são única e exclusivamente medidas técnicas, pelo que a redacção deste artigo deveria ser alterada neste sentido.

⁽¹⁾ JO nº C 13 de 17. 1. 1989, p. 7.